

Secretário-geral da OMA destaca papel ativo da Aduana brasileira

— registrado em: [Aduana](#), Edição de 07/04/2010

Em entrevista exclusiva concedida ao Informe-se, o secretário-geral da Organização Mundial das Aduanas, Kunio Mikuriya, destacou a evolução do Brasil como um dos parceiros da entidade para um comércio mundial mais ágil e seguro. Eleito para um mandato de cinco anos em 2009, Mikuriya preside a organização que congrega 176 países, responsáveis por 98% do comércio mundial.



Secretário-geral da Organização Mundial das Aduanas, Kunio Mikuriya

Na palestra de abertura do Centro Regional de Capacitação (CRC) da OMA, Mikuriya destacou a necessidade das aduanas promoverem a agilização do comércio internacional, mas ao mesmo tempo mantendo o controle sobre o fluxo de mercadorias para evitar atividades ilícitas. “O mundo sofreu muito com a crise econômica recente. A queda nas importações teve impacto adverso na arrecadação de muitos países. Porém, entendemos que o momento é de facilitar o comércio, e não de se esconder atrás de barreiras protecionistas com o fim de aumentar a arrecadação. Acreditamos que a melhor estratégia é estimular o comércio global de maneira segura, para aumentando a base de cobrança, aumentar a arrecadação dos países membros”, destacou.

Mikuriya apontou dois pontos-chave para o estímulo a um comércio ágil e ao mesmo tempo seguro: a troca de informações entre as aduanas e o desenvolvimento de um relacionamento maior entre as aduanas e as empresas privadas. “No que concerne o relacionamento entre as aduanas, a OMA está muito confiante no sucesso do CRC implantado no Brasil. O país vem fazendo esforços para alcançar os padrões globais da Organização, e tem muito para compartilhar com os demais países da região. Para a comunidade aduaneira, o sucesso de uma administração não é o suficiente. Temos que avançar juntos, primeiro regionalmente e depois globalmente”, salientou.



O secretário-geral da OMA lembrou que hoje as aduanas dispõem de recursos escassos para efetuar suas tarefas de controle, daí a necessidade de aumentar a troca de informações entre os membros da entidade. “Entendemos que a atuação da Aduana deve se dar através do gerenciamento de risco. O recente projeto aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, que prevê que toda a carga remetida àquele país deva passar por scanners antes de ser enviada, nos parece ir contra essa ideia. Por isso, estamos buscando uma maior cooperação, uma maior troca

de inteligência entre as aduanas, para evitar procedimentos que consumam tempo e recursos”, afirmou.

Mikuriya também apontou que uma melhor relação com as empresas pode trazer ganhos tanto para as aduanas como para os comércios. “Hoje buscamos que os países adotem a figura dos Operadores Econômicos Autorizados (OEA), que seriam empresas que seriam identificadas como de baixo risco e poderiam sofrer menos intervenções das aduanas. Vários países têm programas semelhantes, mas buscamos um padrão, para que um mesmo OEA possa ser identificado e reconhecido como tal pelas aduanas vizinhas, caso contrário, não se dá a agilidade necessária à operação global”, explicou.

Confira a seguir a entrevista exclusiva do secretário-geral da OMA ao Informe-se:

Como foi definido que o Brasil seria a sede do CRC da OMA?

Na verdade, é a região que decide. Mas, tradicionalmente, os centros são construídos em países que já tem uma experiência maior no comércio exterior e na capacitação. Como o Brasil já conta com a estrutura da Escola de Administração Fazendária (Esaf) em Brasília, que já tem uma história e expertise nesta área, creio que foi uma escolha fácil para a implementação da escola.

Em sua palestra, o senhor mencionou os desafios que os países tiveram que enfrentar com a crise econômica mundial. Especificamente para a América Latina, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas aduanas locais?

Os desafios, em geral, são os mesmos ao redor do mundo, atingindo algumas regiões com maior ou menor força. Mas especificamente aqui na América Latina, o diagnóstico feito é que as aduanas têm um desafio de aumentar a arrecadação. Dois fatores cruciais para isto são o combate à subvaloração e tentar trazer o setor informal para a economia formal. Estes são desafios têm que ser abordado juntamente com o setor privado. A corrupção também é um problema, que é claro que é mundial, mas é de especial preocupação na América Latina.

Em se tratando de subvaloração, muito se discute sobre o Acordo de Valoração Aduaneira – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (AVA-GATT). O senhor acredita que ele é um instrumento adequado às autoridades aduaneiras, ou ele deveria ser revisado

// O Brasil já tem experiência na troca de informações com outras aduanas através do Mercosul, e poderá contribuir muito na difusão de conhecimento para outros países da América Latina. //

para dar mais controle às aduanas?

Quando o AVA-GATT foi estabelecido em 1994 pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o acordo especificava que a OMA deveria cuidar da área técnica. Então nós somos parte deste acordo. E agora que já está acordado com todos os países, é muito difícil fazer alterações. O papel da OMA é implementar o Acordo de Valoração Aduaneira de forma efetiva, e para isso precisamos não só da interação entre aduanas, mas também entre as aduanas e as empresas. Porque se as empresas não se submetem às regras do AVA-GATT, há problemas. Nós buscamos

trabalhar com as associações comerciais para aumentar o nível de adesão, porque é um benefício também para as empresas idôneas que não haja subvaloração, e sim concorrência leal.

E no que toca à interação entre aduanas, que iniciativas vêm sendo tomadas para combater a subvaloração?

Nesta área, estamos estabelecendo uma rede global de aduanas. Isto inclui a troca de dados relativos ao comércio, o que vai incluir valoração. Além disso, também incentivamos a troca de informações sobre mercadorias contrabandeadas, contrafeitas e descaminhadas, para que os países parceiros possam agir preventivamente. O Brasil já tem experiência na troca de informações com outras aduanas através do Mercosul, e poderá contribuir muito na difusão de conhecimento para outros países da América Latina. Como bem frisou o secretário da RFB, Otacilio Cartaxo, o Brasil não é mais um estudante em matéria aduaneira, mas sim um parceiro e um contribuidor com suas experiências.